

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

IX REUNIÃO ORDINÁRIA

BRASÍLIA, 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2010

1. ATO SOLENE E ABERTURA DOS TRABALHOS

1.1. ATO NO PALÁCIO DO PLANALTO

A cerimônia no Palácio do Planalto teve início às onze horas do dia 17 de novembro e contou com a presença do Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, da Sra. Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes e do Senhor Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer. Foi entregue ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, material contendo as Resoluções aprovadas na II Conferência Nacional de Economia Solidária. Em seu discurso, o Senhor Presidente fez um balanço das atividades da Secretaria Nacional de Economia Solidária durante o seu Governo e a importância da Economia Solidária para o país. Em seguida foi assinado o Decreto nº 7.357, que dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, e o Decreto nº 7.358, que institui do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional e dá outras providências.

1.2. REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Concluída a cerimônia na Presidência da República, os Conselheiros se reuniram às catorze horas do dia 17 de novembro. A reunião teve início com a apresentação dos presentes e pequena fala de cada um sobre suas atividades em seus Estados. Em seguida foi colocada em pauta a aprovação da ata da VIII Reunião Ordinária do CNES. Foram aprovados todos os pontos relativos às deliberações sobre o regulamento geral da II Conferência Nacional de Economia Solidária, a estratégia de encaminhamento da Lei de Economia Solidária e a seleção de projetos relativos ao edital de chamada pública do PRONASCI.

1.3. ANÁLISE E ENCAMINHAMENTO RELATIVO A EDIÇÃO DO DECRETO DO SISTEMA NACIONAL DE COMERCIO JUSTO E SOLIDÁRIO.

Dando sequência aos trabalhos, foi deliberado que seria necessária uma reunião do Comitê Temático de Produção e Comercialização e Consumo ou Grupo de Trabalho do Sistema de Comércio Justo e solidário para elaborar minuta de Resolução para o CNES, de acordo com o Decreto nº 7.358. A minuta de resolução proposta foi apresentada pela Conselheira Vanessa Sígolo e amplamente discutida, sendo aprovada pelos presentes. Foi deliberado que tal minuta seria encaminhada pela SENAES para a competente análise e aprovação da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Emprego.

1.4. PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DA CONSELHEIRA MARIA NEZILDA CULTI.

Foi apresentado, o livro: “Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários” de Maria Nezilda Culti, Mitti Ayako H. Koyama e Marcelo Trindade, que é produto de convênio firmado com a FINEP, o qual apresenta estudo e faz análise do banco de dados do Sistema de Informações de Economia Solidária – SIES, em função do mapeamento da economia solidária no Brasil. Tal publicação reflete um esforço de tipologia dos empreendimentos segmentados por Estados, grandes regiões e contribui para a construção de políticas públicas em níveis nacionais,

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

estaduais e regionais. Exemplares do livro foram colocados à disposição dos presentes e da SENAES, para divulgação.

2. TEMA: PRIORIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO QUADRIÊNIO 2011 A 2014

Sobre esse tema, foram amplamente discutidos e debatidos os encaminhamentos decorrentes da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Conforme sistematizado por Valmor Schiochet, seguem abaixo listados o papel e os desafios do Conselho Nacional de Economia Solidária após a II CONAES:

2.1. Fortalecer o Conselho para as tarefas:

- a) Fortalecimento Político dos/as Conselheiros/as
- b) Ampliação da responsabilidade e participação dos/as Conselheiros/as
- c) Organização e recomposição dos Comitês Temáticos
- d) Repensar a estruturação do Conselho, realizar diagnóstico da participação das entidades e propor revisão.
- e) Planejamento da agenda do CNES para 2011 e no acompanhamento da implantação das resoluções da II CONAES.
- f) Recomposição do Comitê Permanente

2.2. Papel do Conselho na Transição de Governo

- a) Afirmação do Conselho como um espaço institucional (já reconhecido) de força política e de unidade estratégica da economia solidária;
- b) Trabalhar para a incorporação das deliberações da II CONAES na transição de Governo, no sentido de ampliar a política, fortalecer seus instrumentos, e tentar garantir a implementação de seu lugar institucional.

2.3. II Conferência – como processo permanente e pedagógico

- a) Popularizar as resoluções visando a ampla socialização.
- b) Produção de material (cartilha e audiovisual);
- c) Utilização dos resultados da Conferência nos processos de mobilização e formação.

3. TEMA: DESAFIOS NOS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FUNDO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1. Projeto de Lei Nacional da Economia Solidária (marco Legal da II Conferência)

- a) Priorizar a ação do Conselho visando a aprovação e implementação do Projeto de Lei.
- b) Organizar uma agenda legislativa do Conselho junto à Frente Parlamentar, incluindo outros projetos de lei como: cooperativismo, falências, etc.

3.2. PPA – Plano Plurianual

- a) Prioridade de discussão para o início do próximo ano, no plenário do Conselho.
- b) Definir metodologia para inclusão das deliberações da II Conferência no PPA, de forma a garantir ampliação da escala de atuação da economia solidária, e sua contribuição para a erradicação da miséria, e a inclusão social e produtiva.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- c) Debater e aprofundar as questões referentes ao acesso aos investimentos pelos Empreendimentos de Economia Solidária.

3.3. Sistema Nacional de Economia Solidária

- a) Debate e implementação da territorialização da política de economia solidária, fortalecendo as bases de serviços rurais e urbanas.
- b) Fortalecimento do Pacto Federativo.
- c) Fortalecimento da interlocução e ampliação do diálogo com outros atores: conselhos, sistemas de políticas, gestores, segmentos e movimentos.

4. INFORMES

4.1 Resultados das Chamadas Públicas realizadas pela SENAES em 2010

Foi relatado pelo Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária, Sr. Roberto Marinho, que a Secretaria Nacional de Economia Solidária fez cinco Chamadas Públicas de Parceria no primeiro semestre de 2010 e que as propostas selecionadas estão em processo de conveniamento. Esclareceu sobre o orçamento para tais ações e destacou as seguintes Chamadas Públicas e entidades selecionadas:

4.1.1. Ação de Fomento às finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários

Bancos Comunitários

- Região Norte: Instituto Capital Social da Amazônia
- Região Nordeste: Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão - FAPEX
- Região Sudeste: Fundação Universidade de São Paulo
- Região Sul: Não houve projeto selecionado
- Região Centro-Oeste: Associação Ateliê de Idéias
- Suporte e Integração Nacional: Instituto Palmas de Desenvolvimento e Sócio-Economia Solidária

Fundo Solidário

- Região Norte: Não houve projeto selecionado
- Região Nordeste: Fundação Grupo Esquel Brasil
- Região Sudeste: Cáritas Brasileira
- Região Sul: Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP
- Região Centro-Oeste: Programa Providência de Elevação da Renda Familiar
- Suporte e Integração Nacional: Cáritas Brasileira

4.1.2. Apoio a Projetos de recuperação de Empresas por trabalhadores Organizados em Autogestão

Foram selecionados dois projetos: um da UNISOL Brasil e um da ANTEAG, e o investimento é de dois milhões de reais.

4.1.3. Ampliação e Disseminação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), com caracterização dos participantes dos EES.

Foi selecionada uma entidade nacional, para fazer outra pesquisa com os trabalhadores da economia solidária, sendo selecionada a UNISINOS/RS.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.2. Indicação de pessoas para fazer a composição dos Comitês de Acompanhamento e Avaliação dos Termos de Parceria celebrados pela SENAES no final de 2009

Foi esclarecido que a legislação que rege as OSCIPS prevê que para cada Termo de Parceria assinado, exista um comitê responsável pelo seu acompanhamento de avaliação e resultados. Tal comitê será formado por dois representantes da SENAES, um representante da entidade executora e mais um representante indicado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Esclareceu que as viagens de acompanhamento e avaliação são cobertas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e informou que existem sete Termos de Parceria celebrados no âmbito do PRONASCI.

Foram escolhidos os seguintes conselheiros, da seguinte forma:

Estado	Entidade Executora	Conselheiro
PA	Vitória Régia	Joana Mota Palheta – FBES
PR	OSCIP Gerar	Carlos Alencastro Cavalcanti - MNCR
SP	Instituto Integra para o Desenvolvimento	Arildo Mota Lopes - UNISOL
MG	Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã APRECIA	Luiz Henrique – MNCR ou Vanderli Pereira Pinheiro - FBES
BA	ADESC	Eleneide Alves Cordeiro - FBES
DF	OSCIP Família Cidadã	Soraia Souza Zaiden - CEF
RS	Guayi	Lilian Margareth Wiltgen - FBES
RJ	Instituto Brasil Social	Vinícius Reis Galdino Xavier – MCT
CE	OSCIP TERCON	Reginaldo Pereira de Figueiredo - FBES